

A ENTRADA DO BRASIL NA OCDE:

Fazer negócios no Brasil pode ser mais fácil

Janeiro 2022

Secretaria Executiva

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



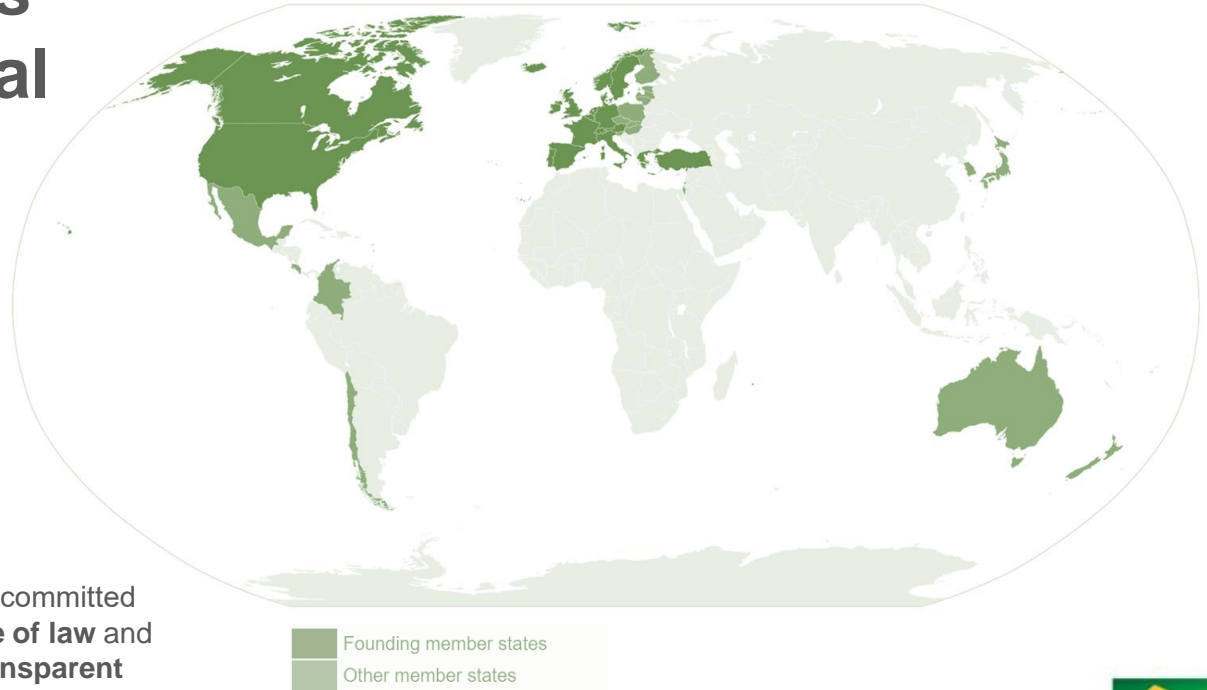
www.economia.gov.br

OCDE NO MUNDO

38 países membros
61% do PIB mundial

- Think tank global
- “Clube de boas práticas”
- Melhoria da governança global
- Cooperação e diálogo colaborativo
- Ampla credibilidade internacional

“OECD Members form a community of nations committed to the values of **democracy** based on **the rule of law** and **human rights**, and adherence to **open and transparent market-economy principles.**”



COMO FUNCIONA A OCDE

MÉTODO DE TRABALHO

Informa: subsídios para decisões de políticas públicas e estatísticas comparadas

Influencia: discussões por meio de comitês temáticos e grupos de trabalho (38 comitês e inúmeros grupos de trabalho, no âmbito de 13 diretorias, totalizando **mais de 300 instâncias**)

Define padrões internacionais: por meio de **instrumentos legais (251)**, a grande maioria não vinculantes

Utiliza soft power: **pressão dos pares (peer reviews)** e comprometimento político/moral para o cumprimento dos instrumentos legais e não mecanismos de solução de controvérsias ou retaliações/compensações, comuns nos acordos comerciais

RELACIONA-SE COM



Governos



Sociedade Civil



Parlamentos

Delegados nas reuniões das instâncias *Business at OCDE (BIAC)* OECD Global Parliamentary Network
Trade Unions Advisory Committee (TUAC)

Diversas temáticas relevantes

Economia Digital
C&T e Nuclear



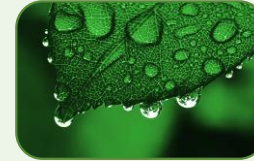
Política Econômica e
Estatística



Governança Pública e
Política
Antissuborno



Meio Ambiente e
Químicos



Tributário



Investimentos,
Mercados Financeiros,
Seguros e
Governança Corporativa



Comércio, Agricultura,
Pesca, Aço,
Construção Naval e
Transporte Marítimo



Política Regulatória,
Concorrência e
Política do
Consumidor



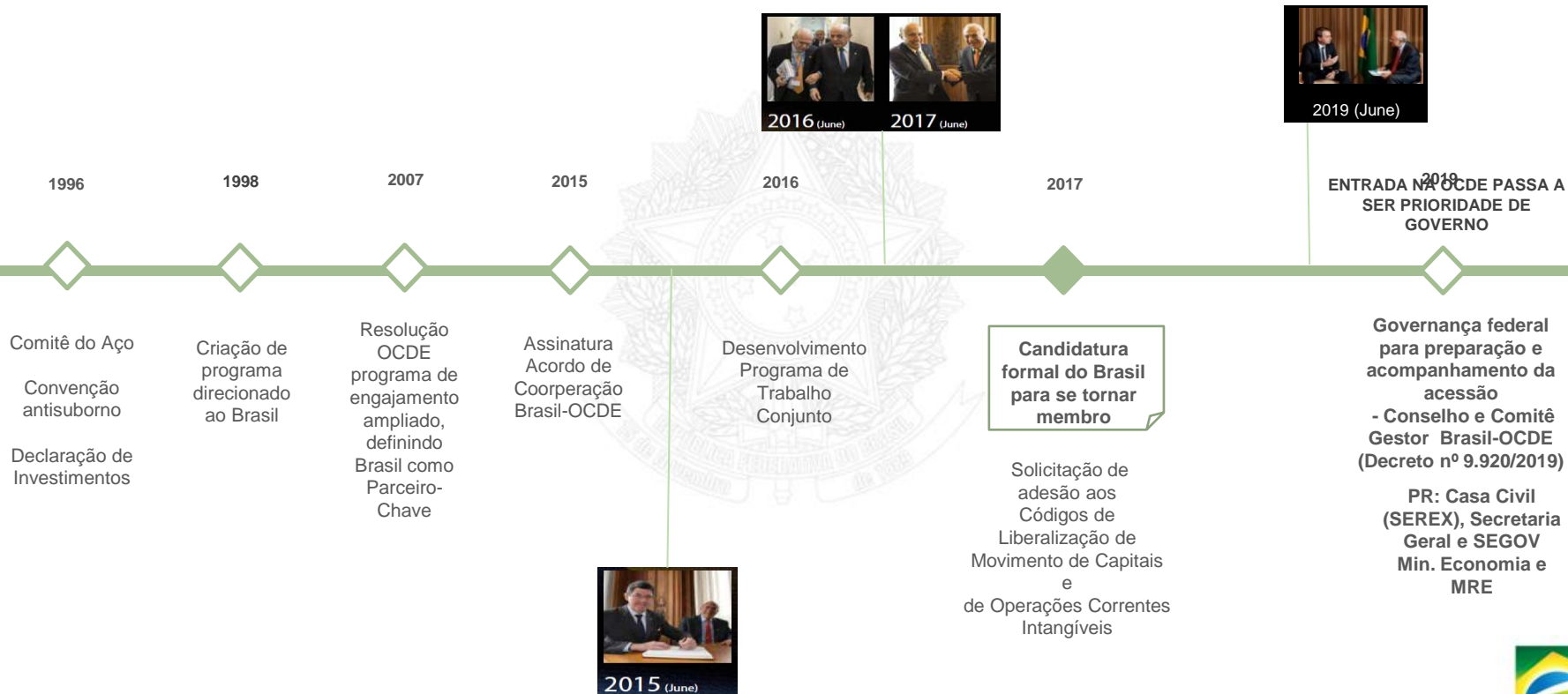
Desenvolvimento Regional, Econo
mia Local,
Turismo,
Indústria,
Inovação,
Empreendedorismo



Emprego,
Trabalho,
Assuntos sociais,
Saúde e
Educação



Relacionamento Brasil - OCDE



Por que a OCDE é importante para o Governo?

- **Maior inserção internacional do Brasil:** OCDE define padrões internacionais de boas práticas
- **Compartilhamento de experiências:** Aprender com a experiência dos países da OCDE e dos “observadores” e apresentar o posicionamento nacional nas discussões
- **Discussão das melhores práticas em contexto multilateral e colaborativo:** Membros participam de discussões de políticas públicas de ponta e têm voz no desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios globais
- **Benchmarking:** Acesso ao acervo de dados sobre diferentes países, que utilizam metodologias inovadoras para comparar cenários, identificar e medir problemas econômicos, sociais e ambientais
- **Catalisação de reformas:** Ingresso na OCDE é um “selo de qualidade” e fortalece o apoio internacional para a implementação de reformas estruturais
- **Sinalização do ambiente institucional e mitigação da perda do grau investimento:** Sinal claro ao mercado e à comunidade internacional do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente

Benefícios muito antes da acessão em si, pelo processo de convergência aos padrões OCDE

Por que a OCDE é importante para setor privado e cidadãos?

- Políticas públicas mais racionais e eficientes, baseadas nas melhores práticas mundiais
- Melhoria do ambiente de negócios
- Maior estabilidade regulatória
- Aprimoramento dos gastos públicos
- Governança pública mais avançada
- Voz na definição de padrões internacionais
- Maior inserção nas cadeias globais de valor
- Maior confiança para a retomada do crescimento
- Maiores recursos para investimentos no país, por adotar as melhores práticas internacionais

Fazer negócios no Brasil é muito mais fácil adotando os padrões da OCDE

Por que o Brasil é importante para a OCDE?

- Uma das maiores democracias e economias de mercado do mundo
- Uma das maiores economias do mundo ainda não membro da OCDE
- País democrático multicultural com laços culturais e econômicos com a maioria dos países do mundo
- Importante destino de IED, com entrada diversificada de investimentos estrangeiros – parcela relevante oriunda de países da OCDE
- Representatividade global mais ampla entre os membros da Organização dará maior legitimidade às suas recomendações e políticas

Ao entrar, Brasil será o maior mercado emergente nos padrões da Organização, o primeiro parceiro chave a se tornar membro e o único país a ser OCDE/G-20/BRICS

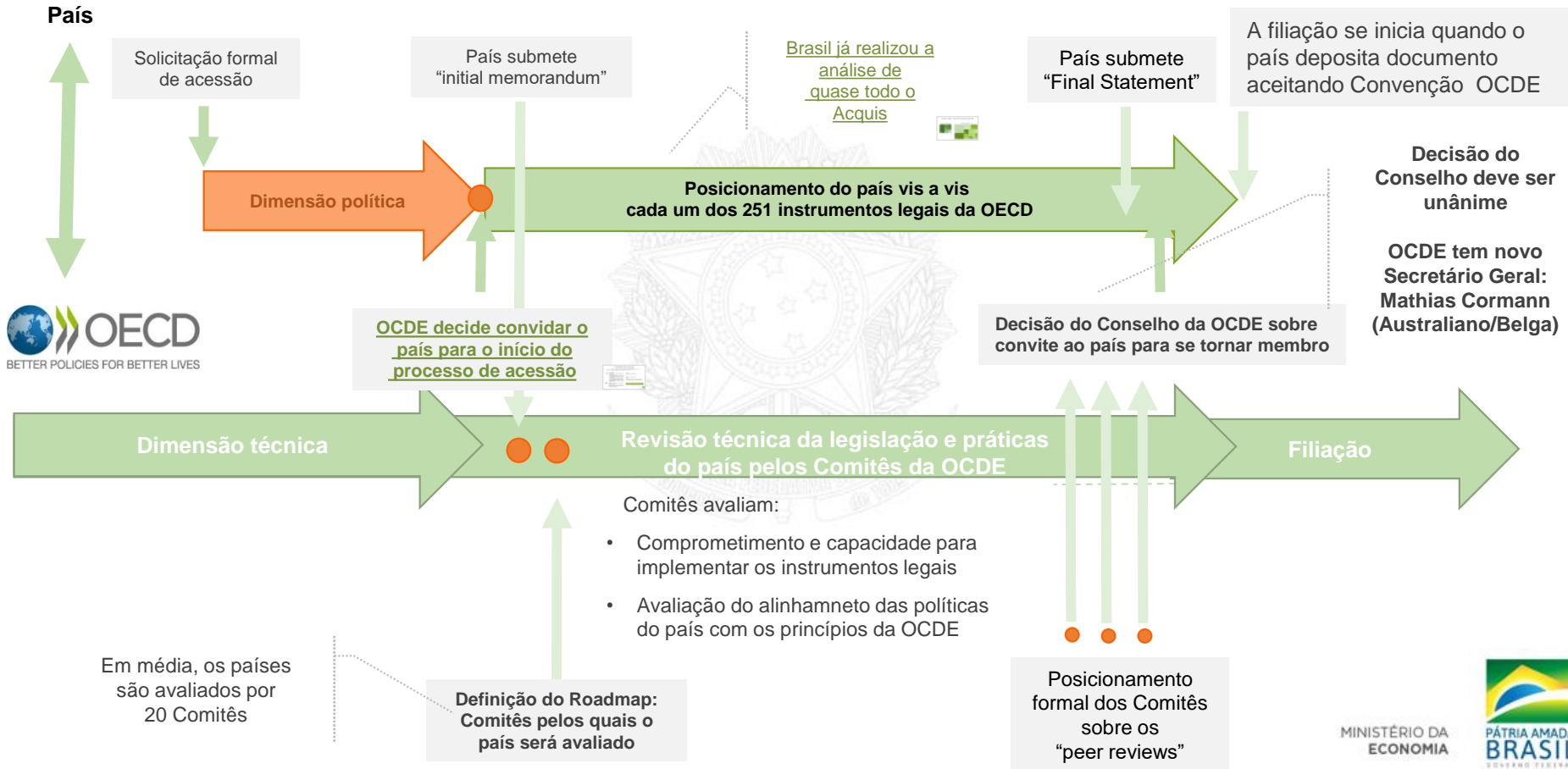
Evidências sobre os benefícios da adesão

- Análises estatísticas dos países que se tornaram membros mostram convergência em relação a nível de renda, condições democráticas e posição geopolítica¹
- Análise feita pelo IPEA para alguns indicadores de países com renda per capita semelhante ao Brasil que aderiram à OCDE indica:²
 - menores impostos sobre comércio exterior
 - aumento dos fluxos de importação e exportação
 - maior atração de investimento externo direto
 - elevação da formação bruta de capital fixo
 - efeitos positivos sobre ritmo de crescimento do produto agregado
 - redução no custo de capital

¹ DAVIS, C. L. More than just a rich country club: membership conditionality and institutional reform in the OECD. Princeton: Princeton University, June 26, 2016.

² Canuto, O. e Santos, Tiago R., O que o Brasil pode esperar da adesão à OCDE? Revista Tempo do Mundo, nº 25. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Abril 2021.

O processo de acesso



Framework para a acessão

Em 2017, a OCDE adotou o **Framework for the Consideration of Prospective Members**, documento com critérios e informações para o processo de acessão de um novo membro.

01

Estado de prontidão:

- a) habilidade, capacidade e compromisso nas atividades dos comitês da OCDE
- b) alcance e impacto, regional ou global, do país na economia mundial
- c) comparabilidade de dados e análise de políticas com base em evidências: ter feito pelo menos uma revisão por pares e enviado informações para pelo menos uma *flagship publication* da OCDE
- d) Governança pública e econômica com base na adesão a 7 instrumentos obrigatórios e na participação, como membro, em 2 fóruns (**Global Forum on Exchange of information and Transparency for Tax Purposes** e **Inclusive Framework on BEPS**)

02

Compromisso com os valores da OCDE e com as obrigações como membro

Like-Mindedness, significant player, mutual benefit e compromisso de utilizar o processo de acessão para impulsionar reformas domésticas

03

Indicadores econômicos chave

04

Quadro institucional do país

05

Relações do país com a OCDE: participação nos órgãos e programas da OCDE, adesão a instrumentos

Brasil já participa dos 2 fóruns obrigatórios, já aderiu a 4 dos 7 instrumentos e solicitou adesão aos outros 3

Cooperação Brasil - OCDE

Parceria longa e com participação ativa do Brasil

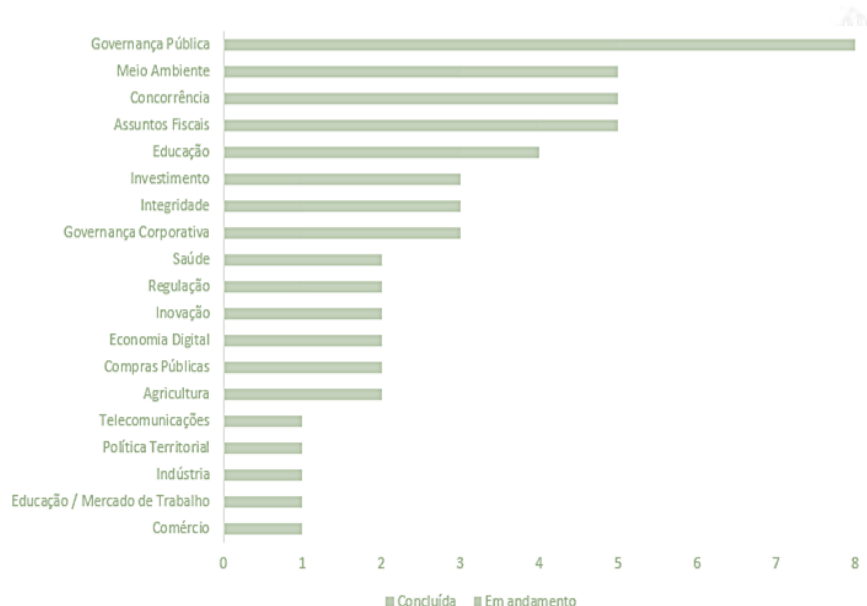


- O surto de COVID-19 mergulhou a economia em uma recessão profunda
- Melhorar os serviços fiscais requer melhores condições das partes
- Revisitar a produtividade é a chave para uma forte recuperação da renda
- Políticas de capacitação profissional bem elaboradas são essenciais

Muitos Estudos Realizados e em Realização

66 revisões por pares/estudos contratados, 49 concluídos e 17 em andamento

Estudos do Brasil realizados ou em andamento junto à OCDE



Exemplos:

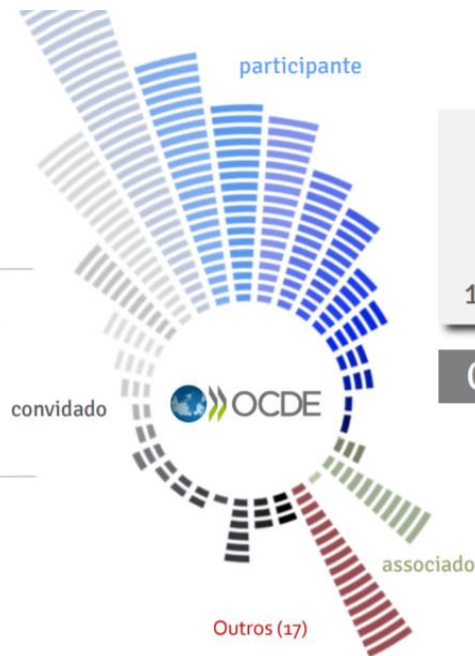
- ✓ Review de Centro de Governo
- ✓ Adesão aos Códigos
- ✓ Preços de Transferência
- ✓ *Digital Trade Review*
- ✓ SMEs e Empreendedorismo
- ✓ Review da Governança de Empresas Estatais
- ✓ Review de Política Regulatória
- ✓ Concorrência em compras públicas
- ✓ Concorrência nos setores de portos e aeroportos
- ✓ Review da Governança da ANM e do setor mineral
- ✓ Estruturação de Unidades de Gestão de Integridade
- ✓ Integridade e *Behavioral Insights*
- ✓ Estudo de Governo Aberto
- ✓ Review do Serviço Público Federal
- ✓ Review da Governança da ANEEL
- ✓ Review de saúde
- ✓ Review de atenção primária à saúde
- ✓ Review de educação
- ✓ Panorama de educação no Brasil
- ✓ Regulação financeira
- ✓ *Performance* ambiental

Participação do Brasil nos Comitês da OCDE

Comitês: acesso a informações, discussão, avaliação de dados, troca de experiências, revisão de políticas e manifestação de posicionamento.

Brasil: acompanha **33 comitês** da OCDE com *status* de associado, participante ou convidado.

Atores envolvidos: países-membros, parceiros, observadores e organismos internacionais.



NÚMERO DE COMITÊS
E STATUS DE PARTICIPAÇÃO



19

116 instrumentos

CONVIDADO



11

103 instrumentos

PARTICIPANTE



3

15 instrumentos

ASSOCIADO



* Número total de instrumentos, aderidos ou não, relacionados a cada comitê principal.

Status de adesão a instrumentos legais



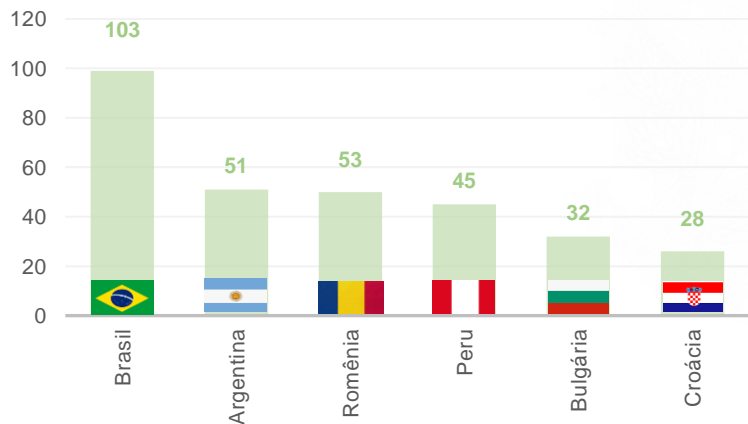
7 Instrumentos Obrigatórios

- ✓ Declaração sobre investimento internacional e empresas multinacionais
- ✓ Recomendação sobre os princípios para formulação de políticas na internet
- ✓ Princípios de governança corporativa
- ✓ Convenção sobre o combate ao suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais
- Código de liberalização dos movimentos de capitais
- Código de liberalização de operações correntes intangíveis
- Boas práticas em estatística

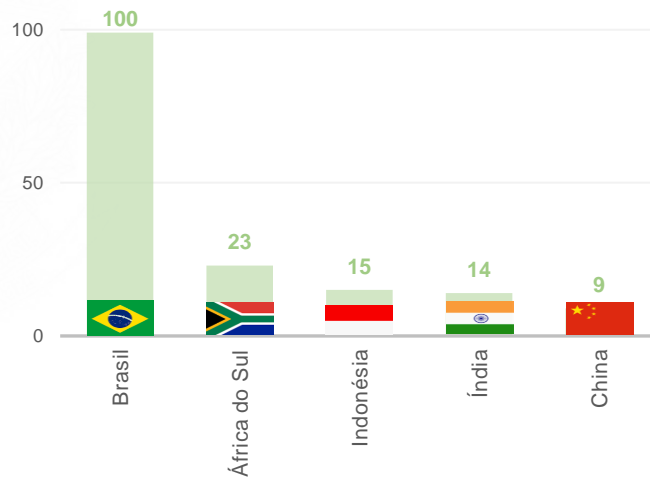
✓ Aderido ➤ Em processo de adesão

Brasil se destaca entre outros países candidatos e parceiros-chave

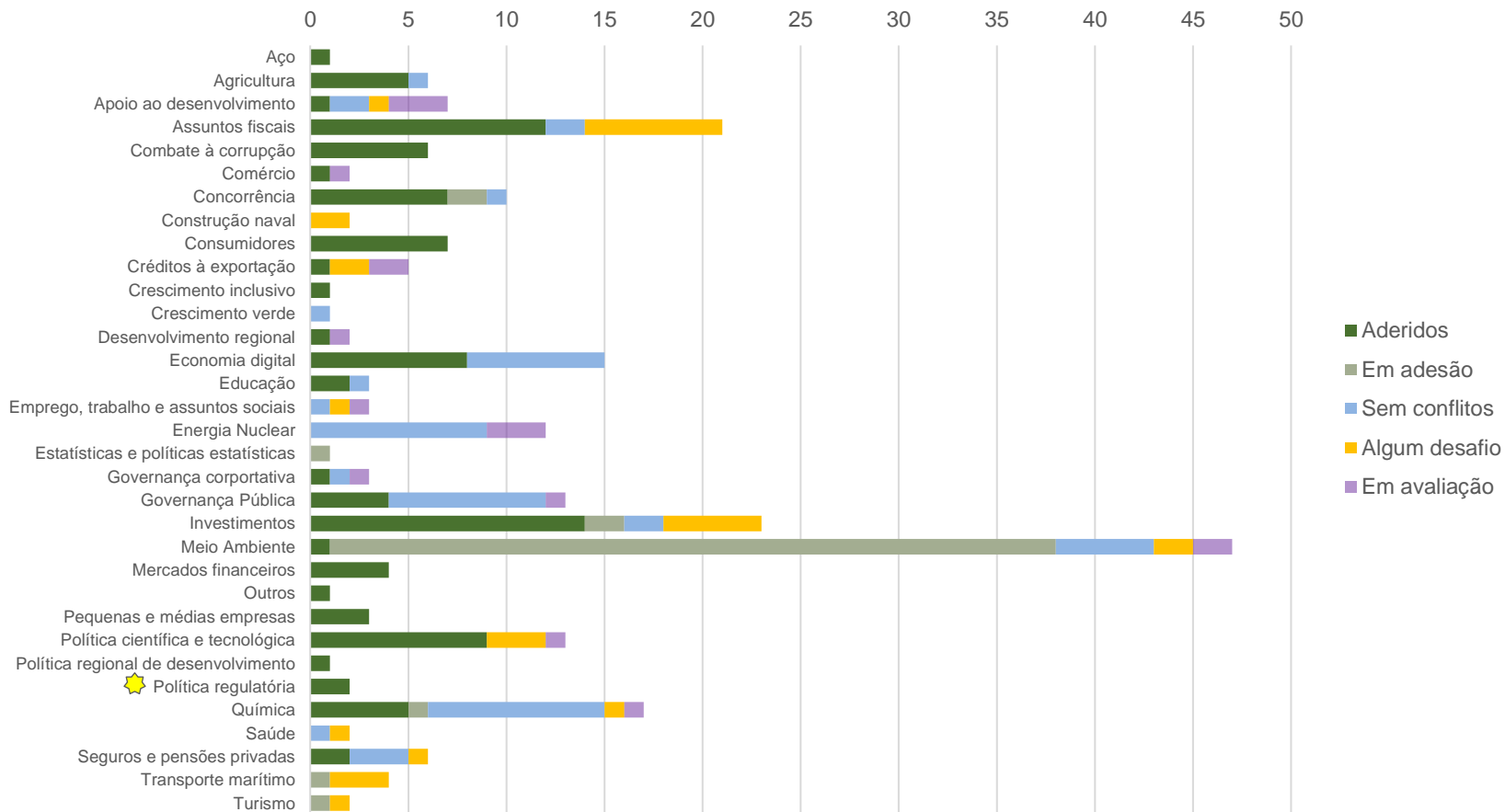
País candidato com maior adesão a instrumentos



País “parceiro-chave” com maior adesão a instrumentos

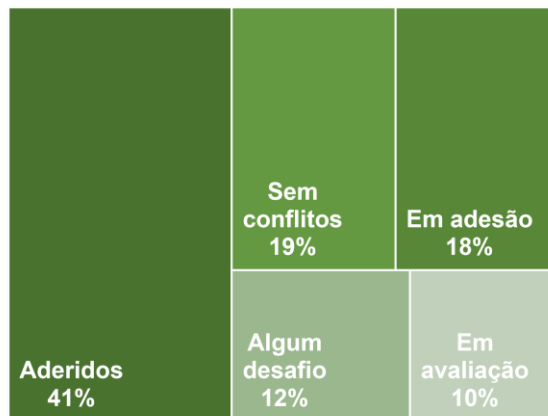


Número de instrumentos aderidos por tema

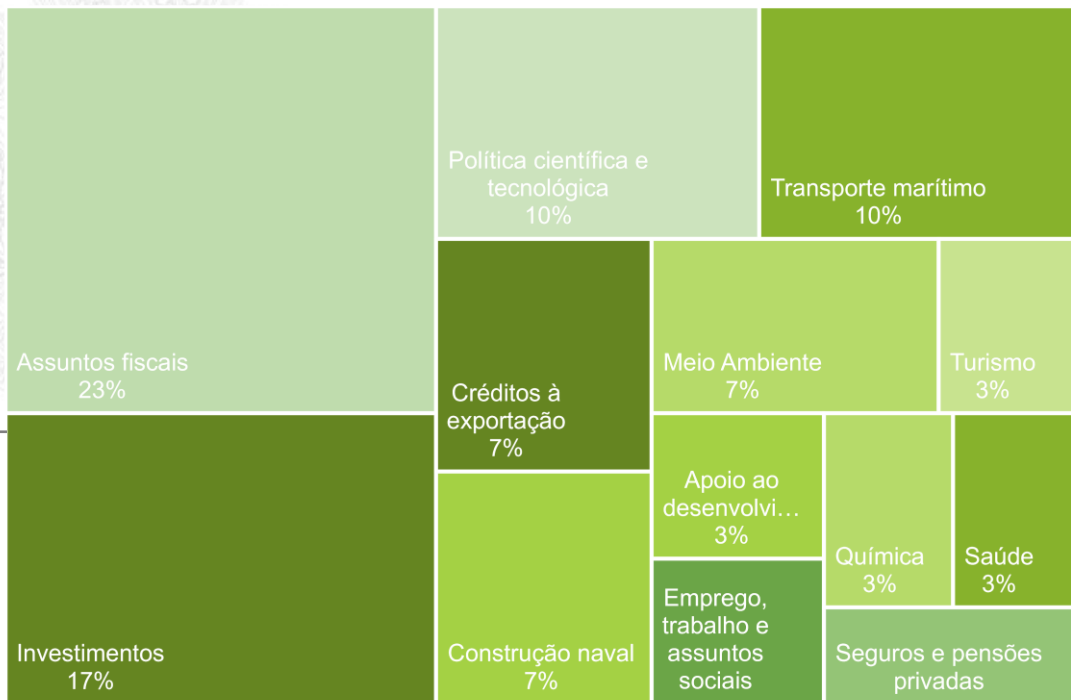


Acquis OCDE x normativos e políticas nacionais

BRASIL VIA À VIS ACQUIS OCDE



Principais desafios – distribuição por temas (30 instrumentos)



Principais desafios (e oportunidades)

Áreas que representam os maiores desafios:

- **Tributária e Financeira** (adesão aos Códigos, preços de transferência, Convenção Multilateral BEPS, tributação da economia digital)
 - **Meio Ambiente/químicos** (Brasil aguarda resposta da OCDE para solicitação de adesão a 37 instrumentos)
 - **Questões de setores específicos**, como Indústria Naval (ressalvas para proteção da indústria interna, também praticada por outros membros em estágios iniciais de suas indústrias)
- Os obstáculos são suplantáveis e comuns a grande parte dos países que hoje são membros da Organização
- Em muitos casos, o desafio é específico e relativo à implementação de instrumentos legais já adotados, não se tratando de incompatibilidade de mérito entre os instrumentos e as políticas ou normativos nacionais

A maioria dos instrumentos “desafiadores” estão em linha com as reformas que o Brasil deseja implementar e vão reforçar e ancorar as transformações necessárias

Meio Ambiente

Relatório OCDE (2021) sobre o alinhamento do Brasil aos principais instrumentos ambientais avanços com relação às recomendações de 2015, disponível em:

<https://www.oecd.org/environment/country-reviews/Brazils-progress-in-implementing-Environmental-Performance-Review-recommendations-and-alignment-with-OECD-environment-acquis.pdf>



Conclusões:

- Brasil desenvolveu legislação sólida sobre informações ambientais, água, gestão de resíduos e biodiversidade
- Em muitas áreas, a legislação e os regulamentos correspondem e até vão além dos padrões OCDE sobre o meio ambiente
- Desafio é o da implementação: colocar em prática as disposições legais, garantir recursos financeiros e humanos suficientes e melhorar a coordenação entre os níveis de governo
- Na área de biodiversidade, Brasil continua avançando no uso de instrumentos econômicos para incentivo à conservação
- Brasil mostrou sua capacidade para efetivamente conter a perda de ecossistemas e controlar o desmatamento
- Qualidade dos estudos técnicos e aprimoramento das regras de licitação tem contribuído para o crescimento da energia renovável na matriz energética. Em 2019, a energia renovável respondia por 21,7% da oferta de energia, uma das maiores participações do mundo
- País fortaleceu muito sua estrutura de governança de gestão de recursos hídricos, que está alinhada os instrumentos OCDE
- [Lei 14026/2020](#) fortaleceu a política sobre financiamento sustentável dos serviços de água e saneamento

Recomendações / pontos de atenção:

- É preciso avançar no sentido de melhores avaliações de impacto ambiental e de mitigação de impactos mais eficazes
- Alinhamento com o princípio do poluidor-pagador exige a adoção de grandes reformas destinadas a reduzir subsídios para atividades ambientalmente prejudiciais
- Melhor coordenação entre as agências governamentais, melhor integração de instrumentos ambientais no planejamento do uso da terra
- Necessidade de aprimorar a gestão de informações ambientais (ausência de relatórios ambientais periódicos, sistematização deficiente de indicadores, limitação integração entre bancos de dados e informações limitadas sobre o desempenho ambiental do setor privado)

Iniciativas recentes para endereçar os desafios

- Lei Cambial (Lei 14.286/2021) – Lei moderniza o mercado cambial nacional, endereçando diversas ressalvas para a adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização de Capitais, um dos instrumentos obrigatórios para acesso à OCDE
- Tributação da Economia Digital – Brasil anuiu [ao acordo que definiu as linhas gerais](#) para endereçar a tributação da economia digital
- [Relatório RFB-OCDE \(2019\)](#) analisou as práticas nacionais relacionadas a preços de transferência traçou cenários para a convergência das regras nacionais ao padrão OCDE

- Mesmo tendo participado com menos de 1% das emissões históricas de gases de efeito estufa e estando entre as maiores economias do mundo, o Brasil é parte do Acordo de Paris e, no âmbito das Contribuições Determinadas Nacionalmente (NDCs), atualizou recentemente o compromisso de neutralidade de carbono de 2060 para 2050 e também houve o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal até 2030
- A legislação ambiental brasileira implementa o princípio do "poluidor-pagador" e aplica impostos ambientais sobre resíduos sólidos, conservação da natureza, uso da água e outras políticas específicas
- Avaliação sobre adesão ao Programa Internacional de Ação sobre o Clima da OCDE-IPAC
- Em junho de 2020, o Brasil estabeleceu uma via rápida para a emissão de debêntures de infraestrutura verde para projetos que tenham benefícios ambientais e sociais
- Nova estrutura para incentivar a introdução de investimentos responsáveis – (ESG) por bancos multilaterais, quando eles investem no Brasil (COFIEX)
- Programa ABC, para Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Agricultura e principal linha de financiamento de técnicas sustentáveis, teve um acréscimo de 101% nos recursos disponibilizados com relação ao Programa anterior
- **Ministério da Economia está organizando suas várias ações relacionadas ao financiamento da sustentabilidade e aprimorando a governança sobre o tema**



MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**
www.economia.gov.br